



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 7.729, de 16/1/1989
Data de instalação	14/07/1989
Data da última correição	10 de maio de 2022
Período de correicionado	1º/5/2022 a 30/4/2023

Aos 9 dias de junho de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 16/2023 publicado no DJET - Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico, alterado pelo Edital de Correição nº 20/2023.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente na sede da Vara pelo Juiz titular, Andre Wilson Avellar de Aquino, pelo Juiz substituto fixo, Paulo Nunes de Oliveira, pelo Diretor de Secretaria, Erinaldo Lucena de Araújo e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas: e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de 1º/5/2022 a 30/4/2023 (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrado Titular

Juiz Titular	Titularidade na Unidade
Andre Wilson Avellar de Aquino	14/12/2022 - Ato TRT 13 SGP nº 167/2022

Registre-se que a então Juíza Herminegilda Leite Machado, titular da Unidade correicionada, foi convocada, a partir do dia 26 de abril de 2022, para compor o Tribunal, em decorrência da aposentadoria do Desembargador Edvaldo de Andrade (Ato TRT 13 SGP nº 043/2022), quando foi nomeada, pelo critério de merecimento, para exercer o cargo de Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, no dia 22 de novembro de 2022 (DOU 22/11/2022 - Pg. 1- Seção 2 - edição extra (Proad nº 12160/2022 - doc 06).

O atual Juiz titular, André Wilson Avellar de Aquino, foi removido, a pedido, da Vara do Trabalho de Guarabira, para atuar na Unidade correicionada a partir do dia 14 de dezembro de 2022 (Ato TRT 13 SGP nº 167/2022).

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Paulo Nunes de Oliveira	1º/8/2022 - Ato TRT 13 SCR nº 103/2022

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **16** servidores:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Amelia Weronika Braga de Lucena	Técnico Judiciário – Assistente III	11/12/1990
Antonio Carlos Bessa	Técnico Judiciário – Assistente III	16/12/1996
Erinaldo Lucena de Araujo	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	21/12/2022
Everaldo Lemos Alves	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	5/5/1993
Francisco de Assis Oliveira da Silva	Técnico Judiciário	17/9/1991
João Marcos Esmeraldo Albuquerque	Técnico Judiciário	1º/2/2015
Jose Cordeiro das Chagas Neto	Técnico Judiciário – Assistente III	8/3/2023
Marcela Vieites de Sant Anna	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	11/8/2022
Marcio Ferreira Almeida	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	12/1/2023
Maria Aparecida de Moraes Duarte	Técnico Judiciário	11/12/1990
Maurício Fonseca Ribeiro Junior	Analista Judiciário	11/1/2023
Reginaldo da Silva Pereira	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	7/6/2013
Renata Guedes P. de Lima Ramalho	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	15/5/2015
Rosângela de Souza Tavares	Técnico Judiciário – Calculista	4/6/2002
Samuel Von Laer Norat	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	2/1/2023
Vicente Pessoa de Brito Filho	Técnico Judiciário – Calculista	6/1/2013

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, no Sistema Pje, a divisão de tarefas por fases processuais (conhecimento, liquidação e execução); por dígitos nas tarefas de minutar despachos e cumprimento de atos judiciais (fase de execução); e tarefas - audiência e anexo (fase de conhecimento), segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, Erinaldo Lucena de Araújo.

Informou, por fim, que parte dos servidores utiliza a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: Hórus)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 30/4/2023, um acervo processual de 2.212 processos:



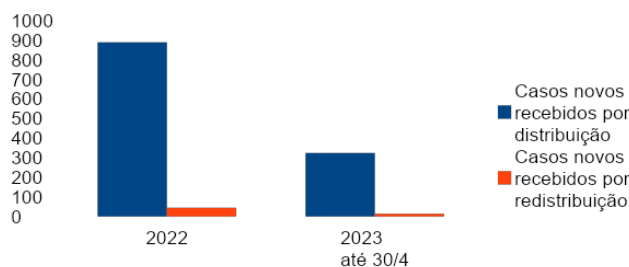
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	814
Fase de Liquidação	119
Fase de execução	1.277
Carta precatórias e de ordem	2
TOTAL	2212

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2022	2023 até 30/4
Casos novos recebidos por distribuição	886	324
Casos novos recebidos por redistribuição	45	14
TOTAL	931	338

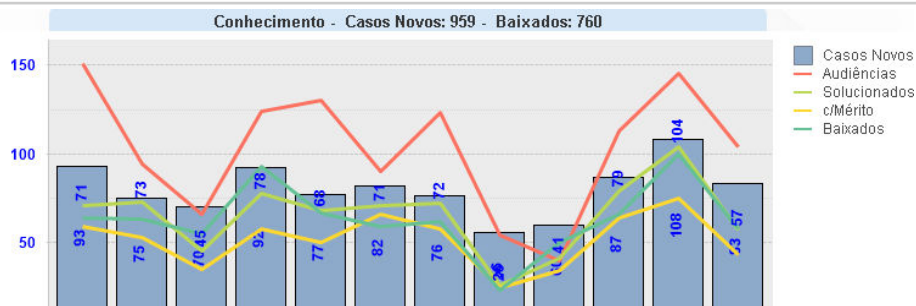


No período correicionado, há registro de 2 processos recebidos com sentença reformada pela instância superior (0000505-67.2018.5.13.0003 e 0000163-56.2018.5.13.0003).

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (maio/2022 a abril/2023):

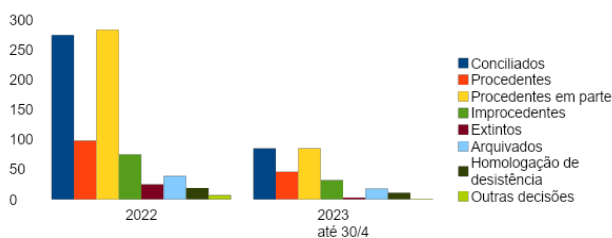


**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL**



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 30/4
Conciliados	274	85
Procedentes	98	46
Procedentes em parte	283	85
Improcedentes	75	32
Extintos	25	3
Arquivados	39	18
Homologação de desistência	19	11
Outras decisões	7	1
TOTAL	820	281



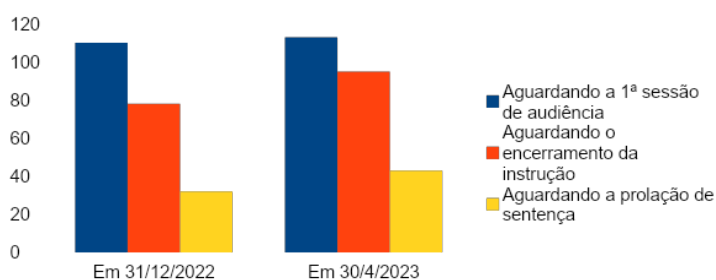
2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Item	Em 31/12/2022	Em 30/4/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	110	113
Aguardando o encerramento da instrução	78	95
Aguardando a prolação de sentença	32	43
TOTAL	220	251



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2023 até 30/04	Varição (%) 2022/2023
Fase de conhecimento	758	814	7,39%
Fase de liquidação	42	119	183,33%
Fase de execução	1292	1277	-1,16%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	1	1	28	36	35
Conciliação em conhecimento	23	16	16	25	14
Conciliação em Execução	7	14	19	20	14
Una	205	207	152	145	35
Instrução	15	15	35	42	12

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta e, às sextas-feiras, a pauta se destina a processos com instrução e/ou conciliação em execução.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
5/22	234	180	151	247	163	159	194	181	255	197	182	162	175	194,08
6/22	167	102	94	191	116	196	118	175	154	156	187	109	128	149,91
7/22	112	132	66	142	122	137	122	121	148	162	124	145	126	132,75
8/22	127	144	124	158	134	109	132	215	156	157	152	230	109	151,91
9/22	211	123	130	161	143	195	170	183	176	175	158	161	164	168,33
10/22	128	112	90	125	116	91	136	126	169	130	104	86	111	119,5
11/22	116	118	123	139	145	175	237	161	140	143	106	185	58	143,58
12/22	74	84	54	60	67	93	132	64	82	70	71	69	68	77,83
1/23	59	26	39	50	45	25	48	39	40	55	28	30	48	41,08
2/23	97	118	114	92	86	84	174	84	120	94	121	92	110	106
3/23	267	195	145	172	167	187	157	165	192	223	177	145	102	179,08
4/23	147	113	104	157	90	140	194	104	141	187	129	126	175	141,91
TOTAL	1739	1447	1234	1845	1694	1591	1814	1618	1773	1749	1539	1540	1474	1605,96

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Fase de conhecimento	2022	2023 até 30/4
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	29	47
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	28	51
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	56	92
Da conclusão à prolação da sentença	12	18
Do ajuizamento até a prolação da sentença	58	90

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 30/4
Embargos de declaração	Recebidos	240	86
	Baixados	236	95
	Pendentes	22	13
Tutela Provisórias	Recebidos	152	34
	Apreciadas	104	31
	Pendentes	15	10
Liquidação/ Execução	Recebidos	82	11
	Baixados	61	5
	Pendentes	4	9

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/5/2022 a 30/4/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	426	388	42
Recurso adesivo	16	15	1
Agravo de petição	147	108	4
Total	589	511	47

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ano-base **2022**: **52** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **88** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **64** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **30/4** é de **76** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **136** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **95** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **58** dias para o ano base de **2022**, e de **90** dias, relativo a este ano de **2023, até 30/4** .

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **755** dias, e de **844** dias, referente ao exercício atual até o dia **30 de abril**.

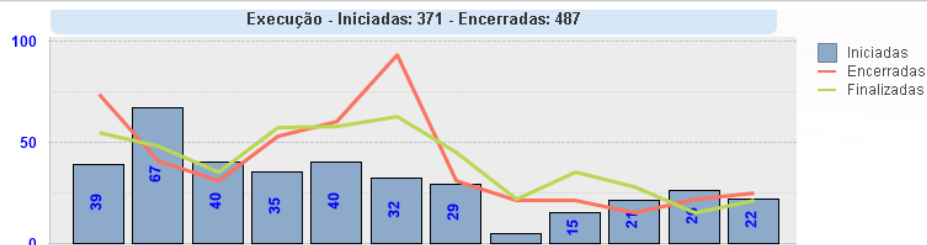
8. NÚMERO DE PROCESSOS NA FASE DE EXECUÇÃO (Fonte:e-Gestão e Hórus)

Item	2022	2023 até 30/4
Execuções pendentes	1.347	1.233
Execuções iniciadas	464	84
Desarquivados	343	113
Recebidos de outros Órgãos	1	-
Execução de título extrajudicial	-	1
Execuções encerradas	602	83
Remetidos a outros Órgãos	2	-
Processos arquivados provisoriamente	345	8
Total de processos pendentes de execução	1.233	1.232

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (maio/22 a abril/23):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 30/4
Acordo	PJe	R\$ 10.855.665,53	R\$ 2.669.620,37
Espontâneo	PJe	R\$ 518.257,36	R\$ 189.750,51
Execução	PJe	R\$ 7.688.647,39	R\$ 3.227.558,17
TOTAL		R\$ 19.062.570,28	R\$ 6.086.929,25

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 30/4
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 206.664,88	R\$ 114.873,52
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.783.468,09	R\$ 424.151,78
Imposto de renda	PJe	R\$ 567.695,70	R\$ 8.729,94
TOTAL		R\$ 2.557.828,67	R\$ 547.755,24

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/5/2022 a 30/4/2023		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	378
INFOJUD	PJe	65
INFOSEG	PJe	24
RENAJUD	PJe	131



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

BNDT	Pendentes (PJe)	73
	Incluídos (PJe)	204

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente

IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	91,10%

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	80,90%
Unidade Correicionada	86,42%

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **324** casos novos (por distribuição) e **280** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 86,42%.

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,53% da Meta 2
	100% dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,73% da Meta 2
	99,26% dos processos distribuídos até 31/12/2021
Unidade Correicionada	105,12% da Meta 2
	97,76 % dos processos distribuídos até 31/12/2021



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	104,45% da Meta 3
	41,78% de índice de conciliação

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	92,23% da Meta 3
	36,89% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	107,57% da Meta 3
	43,03% de índice de conciliação

Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.	
Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%
Unidade Correicionada	159,50%

Meta 5/2023 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 1 ponto percentual, exceto execuções fiscais, em relação a 2021.	
Unidades de primeiro grau do TRT	58,38%
Unidade Correicionada	53,88%

Indicadores							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2023-01	50	37	391	251	88,66	87,15	88,07
2023-02	66	33	408	242	77,86	77,56	77,75
2023-03	100	32	408	256	65,38	71,51	67,62
2023-04	58	29	424	269	60,74	67,25	63,11



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma redução no quantitativo de processos baixados da unidade correicionada, no que se refere às fases de conhecimento e execução, entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 30/4
Fase de conhecimento	1.036	871	274
Fase de execução	913	698	132

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.036
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	859
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.170
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.150
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.121
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.096
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.063
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.058
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.028
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.014
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	980
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	969
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	892
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/conhecimento até 30/4)

10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	430
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	418
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	401
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	397
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	396
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	379
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	379
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	374
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	344
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	295
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	281
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	275
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	274

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	832
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	734
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	712
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	698
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	655
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	634
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	622
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	589
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	586
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	585
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	481
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	363
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	319

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/execução até 30/4)

8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	286
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	262
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	251
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	243
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	210
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	201
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	199
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	183
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	155
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	137
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	132
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	121

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **432ª** colocação, entre as 1.570 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1.001 e 1.500 (512 varas no total), a unidade correccionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/4/2022 a 31/3/2023 - relatório atualizado em 26/5/2023):

TRT/Vara	IGES T	Acervo peso 0,2	Celeridad e peso 0,2	Produ tividade peso 0,2	Tx congest peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	10º	29º	211º	3º	1º



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3ª Região - MG 2ª Vara de Alfenas	2º	3º	13º	124º	2º	64º
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara Ji-Paraná	3º	15º	63º	91º	37º	4º
3ª Região - PB 3ª VT de João Pessoa	208º	127º	35º	451º	187º	361º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas (período de referência 1º/4/2022 a 31/3/2023 - atualizado em 26/5/2023):

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	139,67	13,5	257,56
3ª Região - MG 2ª Vara de Alfenas	2º	65,94	75,14	433,88
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara Ji Paraná	3º	53,75	61,2	1081,5
3ª Região - PB 3ª VT de João Pessoa	208º	67,77	76,55	755,39

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	1º	1329	538	7
3ª Região - MG 2ª Vara de Alfenas	2º	817	415	9
14ª Região - RO e AC - 1ª Vara Ji Paraná	3º	1371	346	9
3ª Região - PB 3ª VT de João Pessoa	208º	773	622	16

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

setembro/2022, dezembro/2022 (após reprocessamento das cargas do e-Gestão) e março/2023, estando a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 31 de maio de 2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
setembro 22	230°	199°	95°	1130°	233°	511°
dez 22 reproc	275°	209°	83°	1319°	281°	535°
março 23	432°	228°	97°	1399°	416°	886°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país - (1º/4/2022 a 31/03/2023 - atualizado em 26/5/2023):

Vara	Colocação no IGEST
11ª VT JPA	30°
13ª VT JPA	92°
10ª VT JPA	254°
8ª VT JPA	311°
1ª VT JPA	365°
9ª VT JPA	387°
4ª VT JPA	421°
3ª VT JPA	432°
5ª VT JPA	449°
12ª VT JPA	521°
7ª VT JPA	535°



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2ª VT JPA	638º
6ª VT JPA	677º

JUÍZES

13. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juiz Titular

André Wilson Avellar de Aquino - dez/22 a abril/23			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Licença - trânsito	SAOAdm	14/12/2022 a 23/12/2022	10
Licença saúde	SAOAdm	20/3/2023 a 21/3/2023	2
Férias	SAOAdm	10/4/2023 a 29/4/2023	20

Juiz Substituto fixo

Paulo Nunes de Oliveira - ago/22 a abril/23			
Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	11/3/2023 a 30/3/2023	20
Licença - trânsito	SAOAdm	18/4/2023 a 20/4/2023	3

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face do Magistrado titular, do Magistrado substituto fixo e dos demais Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/5/2022 a 30/4/2023)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Una	Encerramento da Instrução/ Inq Testemunha	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Ana Paula de Carvalho Scolari	12	-	-	-	-	1	13
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	80	3	9	1	43	20	156
Andre Wilson Avellar de Aquino	158	1	19	1	17	14	210
Mariana Petit Horácio de Brito	83	-	2	-	16	6	107
Lindinaldo Silva Marinho	9	-	1	-	-	-	10
Aercio Pereira de Lima Filho	-	-	-	-	1	-	1
Luiz Antonio Magalhaes	153	2	14	-	20	38	227
Paulo Nunes de Oliveira	230	-	72	98	31	51	482
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	-	-	-	-	1	1
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	23	-	2	-	1	1	27

13.3 Incidentes julgados (1º/5/2022 a 30/4/2023) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação / Execução	Total
Luiz Antonio Magalhaes	38	11	10	59
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	40	12	8	60
Herminegilda Leite Machado	7	-	-	7
Ana Paula de Carvalho Scolari	3	-	-	3
Fernando Luiz Duarte Barboza	1	-	1	2
Mariana Petit Horácio de Brito	20	11	5	36
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	6	1	-	7
Lindinaldo Silva Marinho	3	-	-	3
Paulo Nunes de Oliveira	46	29	15	95
Andre Wilson Avellar de Aquino	32	18	1	51



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

14.1. Processos solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Aercio Pereira de Lima Filho	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Ana Paula de Carvalho Scolari	2	2	2	2	-	1	-	-	9
Andre Wilson Avellar de Aquino	53	16	34	20	1	7	1	7	139
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	2	1	-	-	-	-	-	3
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	5	6	4	3	-	-	-	1	19
Herminegilda Leite Machado	-	2	2	-	-	-	1	-	5
Larissa Leônia Bezerra de Andrade Albuquerque	26	-	63	15	2	4	4	3	117
Lindinaldo Silva Marinho	2	-	2	3	-	1	-	-	8
Luiz Antonio Magalhaes	47	10	67	13	-	10	1	7	155
Mariana Petit Horácio de Brito	20	17	28	9	-	6	1	2	83
Paulo Nunes de Oliveira	88	52	67	13	-	17	2	7	246



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

No período compreendido entre dezembro de 2022 e abril de 2023, o Juiz titular laborou 98 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,42 processo/dia e julgou 62 processos quando esteve convocado para substituir os Desembargadores no Tribunal. O Juiz substituto, no período de agosto de 2022 a abril de 2023, laborou 220 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,06 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

14.2. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	452
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	230
Homologação da Transação Extrajudicial	54
Embargos de Terceiro Cível	16
Consignação em Pagamento	11
Produção Antecipada da Prova	7
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	5
Alvará Judicial - Lei 6858/80	4
Tutela Antecipada Antecedente	2
Ação Civil Coletiva	2
Tutela Cautelar Antecedente	1
Ação de Cumprimento	1

5. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Mariana Petit Horácio de Brito	28	62,22%
Luiz Antonio Magalhaes	65	84,42%
Andre Wilson Avellar de Aquino	37	74%
Lindinaldo Silva Marinho	-	0%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Herminegilda Leite Machado	3	75%
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	0%
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	45	71,43%
Ana Paula de Carvalho Scolari	-	0%
Paulo Nunes de Oliveira	43	36,13%
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	9	90%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	1
Ana Paula de Carvalho Scolari	9
Andre Wilson Avellar de Aquino	139
Fernando Luiz Duarte Barboza	3
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	19
Herminegilda Leite Machado	5
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	117
Lindinaldo Silva Marinho	8
Luiz Antonio Magalhaes	155
Mariana Petit Horácio de Brito	83
Paulo Nunes de Oliveira	244

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 14 dias

Magistrados	Dias
Aercio Pereira de Lima Filho	23
Ana Paula de Carvalho Scolari	49
Andre Wilson Avellar de Aquino	7
Fernando Luiz Duarte Barboza	-
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	22
Herminegilda Leite Machado	14
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	11
Lindinaldo Silva Marinho	44
Luiz Antonio Magalhaes	15
Mariana Petit Horácio de Brito	10



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Paulo Nunes de Oliveira	19
-------------------------	----

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2022 e a presente correição, foi realizado único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, tendo o Juiz Substituto fixo da unidade correicionada, Paulo Nunes de Oliveira, enviado resposta em 07/12/2022, destacando que a unidade tem como rotina a verificação dos processos pendentes de solução, com a finalidade de cumprimento da Meta 1 do CNJ. Afirmou ainda que, no tocante aos processos baixados e pendentes de baixa na fase de execução, estão sendo envidados esforços para melhorar o tempo médio de duração do processo.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre maio de 2022 e abril de 2023 - 12 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 20.533,65
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 37.277,51
Pagamento em favor do advogado	R\$ 8.014,66
Recolhimento de contribuições previdenciárias	R\$ 14.287,33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Recolhimento de custas processuais	R\$ 0,15
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra vara do trabalho	R\$ 2.455,34
Total	R\$ 82.568,64

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0002102-42.2016.5.13.0003, 0000608-35.2022.5.13.0003, 0000240-02.2017.5.13.0003 e 0000465-56.2016.5.13.0003.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores. Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD N° 1882/2023), o Juiz Titular, André Wilson Avellar de Aquino, e o Juiz substituto fixo, Paulo Nunes de Oliveira, não participaram, no exercício anterior, de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, e não estiveram presentes em cursos de formação continuada, pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT n° 09/2011).

Os servidores, José Cordeiro das Chagas Neto, Marcio Ferreira Almeida, Renata Guedes P. de Lima Ramalho, e Vicente Pessoa de Brito Filho, lotados na Unidade correicionada, não participaram de capacitações, consoante informado pela Ejud (PROAD N° 1882/2023) e Segepe (PROAD 2478/2023),



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

em 2022. Os demais servidores, abaixo relacionados, estiveram presentes em capacitações durante o exercício anterior.

Servidores	Descrição
AMELIA WERONIKA BRAGA DE LUCENA	TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.1 - MÓDULO III - CAMINHOS PARA O CRESCIMENTO DO SEU DINHEIRO - PALESTRA / SEGEPE DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL TRT - INTRODUÇÃO A TEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - ÉTICA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - CRIPTOATIVOS E EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO I - TURMA 1/2022 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
ANTONIO CARLOS BESSA	TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL
ERINALDO LUCENA DE ARAUJO	TRT - JURIMETRIA -ESTATÍSTICA APLICADA AO DIREITO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - GOOGLE WORKSPACE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - ASPECTOS DESTACADOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO APLICÁVEL AOS AGENTES PÚBLICOS FEDERAIS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDA TRT - TECNOLOGIA, TRABALHO E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - SEMINÁRIO SOBRE NORMAS INTERNACIONAIS TRABALHISTAS NA PERSPECTIVA DA RECOMENDAÇÃO 123/2022 DO CNJ / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO TRT - LEITURA DINAMICA E MEMORIZACAO (MODALIDADE HÍBRIDA, PARTE PRESENCIAL E PARTE A DISTÂNCIA) /



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - LEITURA DINAMICA E MEMORIZACAO (MODALIDADE HÍBRIDA, PARTE PRESENCIAL E PARTE A DISTÂNCIA) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUCAO: PRÁTICAS DE EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>
EVERALDO LEMOS ALVES	<p>LIVE No 029/2022 - ASPECTOS PRÁTICOS DA EXECUÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 21a REGIAO</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p>
FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA DA SILVA	<p>TRT - ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - JURISPRUDENCIA CONTEMPORÂNEA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDO</p>
JOÃO MARCOS ESMERALDO ALBUQUERQUE	<p>CFC - LIVE: LGBTQIAP + PARA ALÉM DO ARCO-ÍRIS: HISTÓRIAS, PERSPECTIVAS E DIREITOS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 6a REGIÃO</p>
MARCELA VIEITES DE SANT ANNA	<p>TRT - ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE E CIVIL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - MODALIDADE HÍBRIDA</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDA</p>
MARIA APARECIDA DE MORAIS DUARTE	<p>CONCILIAR É LEGAL PARA OS ADVOGADOS ? COMO A NEGOCIAÇÃO, A MEDIAÇÃO E OUTROS MÉTODOS CONSENSUAIS PODEM APERFEIÇOAR A ADVOCACIA TRABALHISTA / EJUD 24/TRT 24</p> <p>LIVE No 09/2022 - A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB A PERSPECTIVA JURÍDICO-TRABALHISTA: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 15a REGIÃO</p> <p>TRABALHO INFANTIL E APRENDIZAGEM: ASPECTOS RELEVANTES A SEREM DEBATIDOS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 24a REGIAO</p>
MAURÍCIO FONSECA RIBEIRO JUNIOR	<p>ADMISSIBILIDADE CORRECCIONAL (TURMA JUN/2022) / ENAP</p> <p>ADVOCACIA TRIBUTÁRIA NA PRÁTICA / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>REFORMA TRABALHISTA COM VOLIA BOMFIM CASSAR / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>PROPRIEDADE INTELECTUAL /INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>PERÍCIA TRABALHISTA / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS / ESCOLA BRASILEIRA DE DIREITO - EBRADI</p> <p>INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO / PORTAL IDEA</p> <p>DIREITO SOCIETÁRIO / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>DIREITO PROCESSUAL PENAL / (INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO</p> <p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>CÁLCULO TRABALHISTA / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS (TURMA JUL/2022) / ENAP</p> <p>CURSO DE COMPLIANCE /INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>CURSO DE MEDIAÇÃO - TEORIA E PRÁTICA / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>DIREITO ADMINISTRATIVO PARA GERENTES NO SETOR PÚBLICO - TURMA 1 / ILB</p> <p>ADMINISTRATIVO PARA GERENTES NO SETOR PÚBLICO - TURMA 2 / ILB</p> <p>DIREITO BANCÁRIO NA PRÁTICA / EXPERT DIREITO BANCÁRIO</p> <p>DIREITO CONSTITUCIONAL /IMAZON CURSOS</p> <p>DIREITO DE FAMILIA E SUCESSOES /INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>DIREITO DO CONSUMIDOR / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>DIREITO DO TRABALHO / IMAZON CURSOS</p> <p>DIREITO DO TRABALHO / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>DIREITO IMOBILIÁRIO /INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>DIREITO MÉDICO / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p> <p>DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REFORMA DA PREVIDÊNCIA / INSTITUTO DE DIREITO REAL</p>
REGINALDO DA SILVA PEREIRA	<p>MAIS PJE E A VJT: CRIANDO ROTINAS AUTOMATIZADAS ALTAMENTE PRODUTIVAS / IGEX - INSTITUTO GOIANO DE ESTUDOS JURÍDICOS</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	<p>TRT - NOVAS FUNCIONALIDADES DA VERSÃO 2.7 DO PJE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p>
ROSANGELA DE SOUZA TAVARES	<p>TRT - DIREITO DAS MINORIAS E DISCRIMINACAO POR GÊNERO, RAÇA E ORIENTAÇÃO SEXUAL - WEBINÁRIO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO / HÍBRIDO</p> <p>TRT - MÓDULO V DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: PRÁTICAS DE EXECUÇÃO / DO TRT DA 13a REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL</p>
SAMUEL VON LAER NORAT	<p>INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA NOV/2022) / ENAP</p> <p>TRT - ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO</p> <p>TRT - AS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE ACORDO COM A LEI No 14.133/2021 / INOVE SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO</p> <p>TRT - CURSO AVANÇADO PARA ORDENADORES DE DESPESA E GESTORES PÚBLICOS - EAD (AO VIVO) / CAPACITY TREINAMENTOS</p> <p>TRT - DIABETES: CONTROLE E CUIDADOS SÃO OS SEGREDOS - PALESTRA / SEGEPE EM PARCERIA COM O SETOR DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - VIVER MELHOR, DA UNIMED JOÃO PESSOA</p> <p>TRT - PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA O TCU E RESOLUÇÃO NA ÁREA CCAUD / ESAFI ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E TREINAMENTO</p> <p>TRT - PROJETO SEXTA-FEIRA 2022.2 - MÓDULO III - O IDEAL LIBERTARIO DA POESIA E O JUSTO, VALOR MAIOR DO DIREITO - PALESTRA / SEGEPE - TRT 13a REGIAO</p> <p>PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA JAN/2023) / ENAP</p>

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 15 despachos correicionais no PJe.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 15 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas manifestações nos últimos seis meses.

20. RECOMENDAÇÕES

Aos(às) magistrados(as)

1. Recomendações gerais

- a) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- b) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- c) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- d) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2. Recomendações específicas

- a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);
- b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;
- c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos;
- d) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, evitando o ocorrido nos processos 0000157-73.2023.5.13.0003, 0131108-39.2015.5.13.0003, 0000932-25.2022.5.13.0003, 0000494-33.2021.5.13.0003, 0000451-62.2022.5.13.0003, 0132056-78.2015.5.13.0003, 0000886-41.2019.5.13.0003, 0000094-82.2022.5.13.0003, 0000643-29.2021.5.13.0003, e 0132011-74.2015.5.13.0003, que estavam com Gigs vencido ou sem Gigs;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000932-25.2022.5.13.0003, 0131108-39.2015.5.13.0003, 0001061-40.2016.5.13.0003, 0000379-80.2019.5.13.0003, 0000494-33.2021.5.13.0003, 0000451-62.2022.5.13.0003, 0132056-78.2015.5.13.0003, 0000253-25.2022.5.13.0003, 0000886-41.2019.5.13.0003, 0000643-29.2021.5.13.0003, 0000094-82.2022.5.13.0003, e 0132011-74.2015.5.13.0003;

e) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros, no sistema Garimpo, das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;

f) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR nº 004/2023, para fins de controle do cumprimento de acordo, incluindo no Gigs a atividade "Acordo", e no campo "observações", relacionar as parcelas do acordo restantes para o cumprimento total da obrigação. Já no campo "prazo", preencher a data de vencimento da parcela mais próxima, acrescentando-se 05 (cinco) dias, evitando-se o ocorrido no processo 0000932-25.2022.5.13.0003;

g) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando o ocorrido nos processos 0002102-42.2016.5.13.0003, 0000608-35.2022.5.13.0003, 0000240-02.2017.5.13.0003 e 0000465-56.2016.5.13.0003.

Aos(às) servidores(as)

a) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000932-25.2022.5.13.0003, 0131108-39.2015.5.13.0003,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0001061-40.2016.5.13.0003, 0000379-80.2019.5.13.0003,
0000494-33.2021.5.13.0003, 0000451-62.2022.5.13.0003,
0132056-78.2015.5.13.0003, 0000253-25.2022.5.13.0003,
0000886-41.2019.5.13.0003, 0000643-29.2021.5.13.0003,
0000094-82.2022.5.13.0003, e 0132011-74.2015.5.13.0003;

b) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução;

c) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando-se o ocorrido, por exemplo, no processo 0000326-94.2022.5.13.0003, onde não foi efetuado o registro discriminado do beneficiário de todos os numerários pagos;

d) utilizar o Gigs para monitoramento de processos que aguardam providências, bem como lançamento de atividades.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 5/2022 do CNJ (159,50%) e 2/2022 (107,53%), podendo-se observar que neste exercício (janeiro a abril), a Meta 2 do CNJ vem apresentando um índice de 105,12%, motivo pelo qual parabeniza magistrados e servidores.

Constata também a Corregedora que a Unidade foi uma das cinco varas do trabalho do Regional que alcançou a Meta 3/2022 do CNJ (104,45%), e vem atingindo o percentual de 107,57% nos meses de janeiro a abril de 2023, com um excelente índice de conciliação, no patamar de 43,03%, superior às outras varas de sua jurisdição.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Todavia, a posição da 3ª Vara do Trabalho de João Pessoa no Igest é motivo de preocupação desta Corregedoria Regional. Em março de 2022, a unidade ocupava a 67ª posição, passando para 432ª em março de 2023, posição relativa ao 2º quartil.

A tabela relativa aos mesoindicadores (item 13) aponta que os itens “Produtividade”, “Taxa de congestionamento”, e “Força de Trabalho” foram os que mais impactaram a unidade no período correccionado, passando da 1130ª para a 1399ª posição, da 233ª para 416ª posição e da 511ª para 886ª, respectivamente.

Recomenda-se que a unidade judiciária vele pelo acompanhamento constante dos indicadores do Igest, com objetivo de proporcionar aos jurisdicionados a célere entrega da prestação jurisdicional, cumprindo a garantia de duração razoável do processo.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANEXO

VISTOS

0000438-63.2022.5.13.0003	0000790-21.2022.5.13.0003	0000369-94.2023.5.13.0003
0000163-56.2018.5.13.0003	0000692-36.2022.5.13.0003	0000066-17.2022.5.13.0003
0000326-94.2022.5.13.0003	0000161-13.2023.5.13.0003	0000559-91.2022.5.13.0003
0000413-50.2022.5.13.0003	0000190-97.2022.5.13.0003	0000758-16.2022.5.13.0003
0000157-73.2023.5.13.0003	0001848-69.2016.5.13.0003	0000229-60.2023.5.13.0003

DESPACHOS CORREICIONAIS

0000932-25.2022.5.13.0003	0131108-39.2015.5.13.0003	0001061-40.2016.5.13.0003
0164700-11.2014.5.13.0003	0000379-80.2019.5.13.0003	0000494-33.2021.5.13.0003
0160300-85.2013.5.13.0003	0000235-67.2023.5.13.0003	0000451-62.2022.5.13.0003
0132056-78.2015.5.13.0003	0000253-25.2022.5.13.0003	0000886-41.2019.5.13.0003
0000643-29.2021.5.13.0003	0000094-82.2022.5.13.0003	0132011-74.2015.5.13.0003